

ENTRE BABEL E BABILÔNIA: FORMAS DE DISCURSIVIZAÇÃO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS¹

Between babel and babylonia: discursivization methods
And linguistic policies

Lilium Keide Arnhold de Azevedo

Discente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da

Universidade Federal de Santa Catarina

pelithi@gmail.com

Resumo: A vinda de imigrantes alemães para o Sul do Brasil se insere em um contexto de tensões e confrontos derivado de um quadro de instabilidades econômicas e políticas que marcaram a Europa do início do século XIX. Diante desse cenário fragmentado e plurilíngue, procuramos traçar um panorama que possa favorecer a compreensão sobre a dinâmica linguística que fundamentou a imigração para o Rio Grande do Sul, e no caso desta pesquisa em particular, para Salvador do Sul (RS). Entende-se que a oficialização de uma língua como pretexto para a proteção de uma dada cultura “germânica” implica não apenas tematizar aspectos históricos, culturais e identitários, mas considerar as relações de poder que perpassam esse processo.

Palavras-chave: Salvador do Sul; Imigração alemã; Cooficialização; Multilinguismo.

Abstract: The arrival of German immigrants to the south of Brazil involves a scenario of tension and confrontations resulting from the economic and political instabilities that defined Europe in the beginning of the 19th century. Considering this fragmented and plurilingual scenario, an attempt was made to draw an overview that may favor the understanding of the linguistic dynamics that was the basis of the immigration to Rio Grande do Sul, and, in the case of this specific research, the immigration to Salvador do Sul. Therefore, considering the officialization process of a language as grounds to protect a certain “Germanic” culture implies not only looking at historic, cultural and identity aspects, but also considering the power relationships that are part of this construction.

Keywords: Salvador do Sul; German immigration; Co-officialization; Multilingualism.

¹ Este artigo é um recorte da nossa dissertação, defendida em 2016 e orientada pela Professora Dr.^a Cristine Görski Severo, que analisou o pluridiscorso em Salvador do Sul, com enfoque na língua alemã. Para este artigo recortamos a contextualização da língua alemã em Salvador do Sul, assim como a problematização das políticas de cooficialização.

Introdução

O êxodo europeu rumo às Américas desencadeou um deslocamento de pessoas, até então, sem precedentes na história europeia. O quadro de instabilidade política e econômica europeia, aliado aos conflitos religiosos e políticos, fez com que muitas pessoas deixassem seu país em busca de uma nova vida. Muitos partiram, na maioria das vezes, sem perspectiva de retorno, levando consigo, em grande parte, não mais que a esperança de uma vida melhor, suas histórias e sua língua.

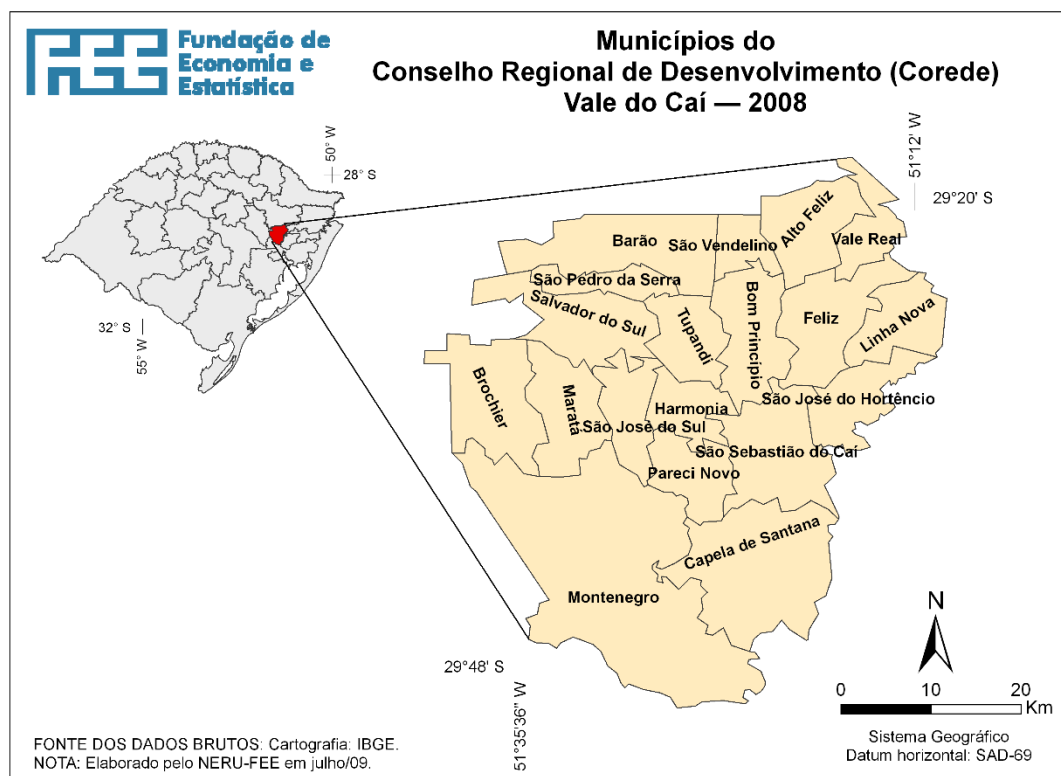
Segundo Magalhães (1998, p. 19), “durante todo o século XIX, cerca de 57 milhões de europeus deixaram suas terras e se estabeleceram nas Américas com o intento de aí permanecerem e constituírem um novo espaço de sobrevivência”. Esses primeiros habitantes se dedicaram predominantemente ao trabalho na lavoura, em grande parte também porque essa condição de agricultores foi esperada dos imigrantes pela elite brasileira que se preocupou em ocupar os vazios demográficos brancos, justamente com colonos pequenos produtores (SEYFERTH, 1994a). Apesar disso, seria errôneo imaginar que se tratava apenas de trabalhadores rurais, principalmente se considerarmos todo o século XIX, período das grandes imigrações no Brasil. A respeito disso, Magalhães destaca que os fluxos migratórios trouxeram também

camponeses e artífices, trabalhadores assalariados e intelectuais, discriminados por razões políticas ou religiosas, [que] foram levados para o “Novo Mundo”, reiniciando suas próprias histórias de vida e inaugurando um novo capítulo da história social. (MAGALHÃES, 1998, p. 19).

As ondas migratórias do início do século XIX iniciaram uma nova história, multiétnica e plurilíngue da formação identitária do Sul do Brasil, fundamentada pelo processo migratório para o Rio Grande do Sul e, no caso deste artigo em particular, para Salvador do Sul.²

² O município de Salvador do Sul está localizado ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul e compõe um dos vinte municípios da região conhecida como “Vale do Caí”. Segundo Maltzahn (2011), o Vale do Caí faz parte de um conjunto de colônias alemãs, que se destacaram como bem-sucedidas.

Figura 1. Municípios do Vale do Caí



Fonte: Zorzi et al. (2012).

Nos parece, portanto, que a vinda dos imigrantes alemães para o sul do Brasil passa um panorama de tensão e confrontos, derivado de um quadro de instabilidades que marcaram a Europa no início do século XIX. É, portanto, diante dessa perspectiva que o presente artigo, resultado da nossa pesquisa de mestrado, pretende: (i) contextualizar a presença da língua alemã em Salvador do Sul; (ii) problematizar as políticas de cooficialização para além do município.

Neste trabalho, a tradição germânica é problematizada em relação aos discursos de “retomada” de um dado passado, especialmente linguístico. Consideramos essa tradição linguística na perspectiva de sua reinvenção, conforme Hobsbawm; Ranger (1984). Ou seja, consideramos que os discursos sobre o percurso histórico da língua alemã instauram uma narrativa que busca legitimar uma dada ideia (inventada) de tradição linguística.

Pautadas no conceito bakhtiniano de língua, consideramos, ainda, que a ideia de língua única e homogênea é politicamente construída / inventada, fruto das relações de

poder que são historicamente construídas. Trata-se, portanto, de considerar o plurilinguismo como constitutivo da dinâmica social. Esse plurilinguismo, contudo, não se restringe à diversidade linguística, mas inclui a diversidade discursiva, conforme nos revela Bakhtin (2014, p. 82, grifos no original):

As forças centrípetas da vida linguística, encarnadas numa língua “comum” atuam no meio do plurilinguismo real. [...] Em cada momento da sua formação a linguagem diferencia-se não apenas em dialetos linguísticos [...], mas, o que é essencial, em línguas sócio-ideológicas; sócio grupais, “profissionais”, de “gêneros”, de gerações, etc.

Defendemos, portanto, que os discursos e práticas de preservação das línguas minoritárias, bem como as políticas de intervenção pró multi/pluri/bilinguismo, devem estar ancoradas nos interesses e histórias dos sujeitos e das comunidades que são alvo dessas intervenções. Logo, considerar o processo de oficialização de uma língua como pretexto para a proteção de uma dada cultura “germânica” implica não apenas tematizar aspectos históricos, culturais e identitários, mas considerar as relações de poder que perpassam aquela construção. Isso significa que as políticas linguísticas que desconsideram o percurso histórico das identidades e das línguas produzem e reforçam estereótipos que, em nome da preservação da diversidade, podem produzir efeitos contrários.

Este artigo é constituído, além dessas considerações iniciais, de uma seção destinada à contextualização dos aspectos histórico-linguísticos da imigração alemã no município de Salvador do Sul. Nas seções 3 e 4, analisamos e problematizamos as cooficializações do *Hunsrückisch* no município de Santa Maria do Herval, no estado do Rio Grande do Sul, e no município catarinense de Antônio Carlos. Na Seção 5, analisamos em que medida as cooficializações têm contribuído para a “manutenção”, o “resgate” e o “ensino” das línguas co-oficializadas e, por fim, tecemos algumas considerações.

2 Aspectos histórico-linguísticos da imigração alemã do *Hunsrück* para o município de Salvador do Sul

Os estudos sobre a imigração alemã têm levantado diversos temas que explicam a concentração de imigrantes no Sul do Brasil. A concentração de imigrantes nos três estados do Sul, segundo Seyferth (1994b), se deu principalmente em função do Decreto de Heydt que proibia a imigração de prussianos para o Brasil (1858) e que foi revogado apenas para esses três estados. Por parte do império, o incentivo à colonização dos vazios demográficos por brancos europeus levou a uma “associação entre imigração e colonização”. (SEYFERTH, 1994b).

O Rio Grande do Sul, conforme destaca Magalhães (1998), foi o estado que mais promoveu a imigração oficial, motivado pelo sucesso das primeiras imigrações e pelo interesse dos pecuaristas da região em abrir caminho entre o sul e o seu mercado consumidor, o norte do país. Os imigrantes foram, dessa forma, a mão de obra necessária para esse projeto, constituindo, também, um mercado consumidor.

Os imigrantes que aportaram no Brasil partiram dos mais diversos estados que compunham a Confederação Alemã. Logo, a atual divisão geográfica alemã³ em nada se parece com aquela apresentada no ano de 1824, período em que se deu a vinda dos primeiros imigrantes ao sul do Brasil. Os 39 estados que compunham a Confederação Alemã são largamente conhecidos sob o termo “colcha de retalhos” (HUNSCHE, 1977; MALTZAHN, 2011; SEYFERTH, 1994a), que reflete bem o panorama das sociedades rurais da Alemanha desse período.

Conforme destaca Hunsche (1977, p. 40), “provenientes de todos estes estados alemães, chegaram imigrantes ao Rio Grande do Sul no decurso do primeiro período da imigração alemã [...]”. O Palatinado (Pfalz) e o *Hunsrück*⁴ foram igualmente atingidos pelo movimento emigratório na Alemanha, sendo o *Hunsrück* a região que mais emigrantes enviou para o Rio Grande do Sul. (HUNSCHE, 1977). Foi deixando esse cenário de incertezas que partiram os primeiros emigrantes da região do *Hunsrück* na Alemanha para Salvador do Sul.

³ Em 23 de maio de 1949 estabeleceu-se a República Federal da Alemanha (*Bundesrepublik Deutschland, BRD*) que desde 3 de outubro de 1990 (pela reunificação com a República Democrática Alemã, *DDR*) é composta de 16 estados federados.

⁴ Situada ao sudoeste da Alemanha, às margens dos rios Reno e Mosela, a região denominada *Hunsrück* é conhecida por uma paisagem de montanhas baixas, localizada no Estado da Renânia-Palatinado.

Observa-se, portanto, que os primeiros imigrantes trouxeram línguas, culturas e costumes dos diversos reinos que constituíam a Alemanha na época da primeira grande imigração. Nesse contexto, apesar de a escrita do alemão já ter sido padronizada por Martinho Lutero (século XVI), o domínio dessa modalidade ainda não era algo corriqueiro para um sujeito comum, logo, a língua oral era o meio privilegiado da comunicação na vida cotidiana desses indivíduos. Não se observa, contudo, nesse primeiro grupo, uma designação ou categorização da língua (oral) que predomine sobre as demais. Pressupõe-se que existia um “*minimum* de compreensão na comunicação prática” (BAKHTIN, 2014, p. 81). Atuando paralelamente ao plurilinguismo das práticas cotidianas, havia, contudo, uma tentativa de centralização linguística, pela emergência do nacionalismo, “que se opõe ao discurso diversificado [...] como força que supera o plurilinguismo” (BAKHTIN, 2014, p. 81). Essa ação resultante das forças – centrípetas e centrífugas – que atuaram sobre a língua criou as condições necessárias para o surgimento de comunidades étnicas relativamente coesas no Brasil.

Os primeiros imigrantes alemães⁵ chegaram a Salvador do Sul em 1840. Das várias etnias que compuseram o município de Salvador do Sul, “aproximadamente 60% dos imigrantes [...] são oriundos da região do *Hunsrück*” (LERMEN; SPECHT, 1999, p. 17). Além da predominância dessa região, as autoras destacam também a chegada de imigrantes, mesmo que em menor escala, provenientes de Koblenz, Trier, Hamburg, Hannover, Holstein, Schleswig, Mecklenburg, Renânia, Eifel, Pomerânia, Boemia, Suábia e Westfalia. Essas localidades que hoje são, na sua maioria, conhecidas como cidades, compunham o quadro de diferentes estados no período da vinda dos primeiros imigrantes alemães, apresentando uma realidade cultural e linguística heterogênea. Ainda que a maioria dos imigrantes que chegaram a Salvador do Sul fosse de origem alemã, houve, também, a presença de colonizadores franceses, suíços e holandeses.

Dessa forma, “com a mistura de nacionalidades, a colônia transformou-se em Babilônia⁶, nome dado efetivamente a uma de suas picadas” (LERMEN; SPECHT, 1999, p. 20). Ao explorar o termo “babilônia”, encontramos duas passagens bíblicas que

⁵ Os termos “alemães e/ou Alemanha” serão utilizados de forma genérica com o objetivo de facilitar a fluidez da leitura ao longo deste artigo. Os termos serão utilizados para designar um espaço e/ou conjunto de pessoas oriundas de um território, que apesar de hoje pertencerem à Alemanha, só passaram a ser denominadas como tal a partir da unificação da Alemanha em 1871.

⁶ Atualmente, o bairro da Babilônia faz parte do município de São Pedro da Serra, que se emancipou de Salvador do Sul em 1992.

possam ter inspirado os primeiros imigrantes a essa designação. A primeira delas é a passagem do antigo testamento em Genesis 11:9, que tece uma observação com relação ao mito da Torre de Babel. Nesse caso, o nome “Babilônia” pode ter sido inspirado na heterogeneidade dos primeiros grupos de imigrantes, “por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra, e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra”. (HERCULANO ALVES, 2002). Na concepção religiosa, a interpretação mais difundida para o mito é a de que a diversidade linguística esteja ligada a um castigo, uma punição divina, o caos linguístico. Literalmente, Babel significaria confusão.

Uma segunda fonte de inspiração, tendo em vista a forte expressão religiosa desse grupo, pode estar ligada à própria história da cidade de Babel, que existiu no antigo império da Babilônia, onde hoje se localiza o Iraque. Babel foi a capital do Império babilônico, uma cidade-estado extremamente rica e poderosa. Era um centro político, militar, cultural e econômico do mundo antigo. Como tal, ela recebia um grande número de imigrantes de diversas nacionalidades, cada qual falando um idioma diferente (CAETANO, 2009). Podemos aventar a possibilidade de considerar uma convergência desses dois sentidos: Babilônia como lugar de diversidade linguística e tomada como signo de riqueza econômica.

Em nossa pesquisa de campo⁷, notamos que a diversidade linguística que compunha o município, desde seus primeiros habitantes, ganha destaque nas palavras do professor Emílio. Durante uma entrevista em que contava sobre o período de fundação da escola Selma Wallauer, o professor enfatiza que “[...] tudo, tudo o comércio era realizado, tudo em alemão e este alemão era misturado, era dialeto, era um pouco gramatical e assim foi [...]”. Achamos necessário fornecer uma ideia geral da distribuição geográfica do município, que renomeou toda a sua zona rural, antigamente conhecida como linhas, agora substituída por bairros. A distribuição das terras em linhas ocorreu devido ao “sistema de afolhamento trienal” (SEYFERTH, 1974, p. 21). Segundo a autora, esse sistema de agricultura medieval distribuía as terras em campos, que por sua vez eram divididos em faixas cultiváveis, ou seja, linhas.

⁷ Ao todo foram realizadas quatorze entrevistas, sendo sete gravadas, duas escritas, quatro enviadas por e-mail e uma realizada por vídeo. Cabe, ainda, acrescentarmos que optamos por gerar nomes fictícios para os participantes ao longo desta pesquisa, com o objetivo de garantir a manutenção do anonimato e da privacidade dos participantes, durante todas as fases deste trabalho.

A perda de território rural, devido ao processo de emancipação política dessas regiões, acarretou a diminuição das escolas que ofereciam aulas em alemão, vinculadas ao município de Salvador do Sul. A maioria das escolas que alfabetizavam em língua alemã se localizavam na zona rural do município, nas antigas linhas. Atualmente, a única escola municipal a oferecer alemão é a Escola Municipal Selma Wallauer, localizada na antiga Linha do Meio, hoje Bairro Linha do Meio. Na escola, o alemão é ensinado nas séries iniciais. O professor Emilio, por exemplo, ministra aulas de alemão, inglês e português na Escola Municipal Selma Wallauer desde a sua fundação. O professor nos relata em sua entrevista que o nome da escola é uma homenagem a Selma Wallauer, que doou o terreno para a ampliação da escola e que, segundo ele, não falava uma única palavra em português, fato que na época era algo natural na cidade, uma vez que todo o comércio na cidade era realizado em língua alemã. Ainda segundo Emilio, o alemão passou a ser implantado na escola desde a sua fundação com o objetivo de “manter esta língua, esta bela linguagem viva” impulsionado, também, pelos municípios vizinhos que já ofertavam o alemão. Em termos oficiais, ressalta-se que dados do município mostram que até 1942 as crianças eram alfabetizadas em português e alemão. A partir desse ano, o alemão foi proibido em função da 2ª Guerra Mundial. (LERMEN; SPECHT, 1999, p. 51).

Diante do breve panorama aqui exposto, sob o qual se deu a imigração alemã no sul do Brasil, cabe-nos a constatação de que “existia uma pequena ‘Alemanha’ durante alguns anos dentro de um espaço linguístico do português” (PUPP SPINASSÉ, 2008, p. 119). Tendo em vista a variada procedência dos imigrantes que se estabeleceram no município de Salvador do Sul, poderíamos, inclusive, falar de várias “Alemanhas”, cada qual com sua língua. Foi esse plurilinguismo alemão – ao invés da “língua alemã” – que estabeleceu relação com a língua portuguesa.

Essa “pequena Alemanha” (PUPP SPINASSÉ, 2008) trouxe consigo, além de diversas línguas, uma outra cultura, aliada a costumes e tradições. Logo, nesse período, não se observaram manifestações de identidade germânica, uma vez que parte dos imigrantes aportou no Brasil antes mesmo da unificação da Alemanha e, portanto, não se identificava como alemães. Eram, então, prussianos, hanoverianos, pomeranos ou moselanos, por exemplo. O tema da imigração se reveste de atualidade, diante de manifestações culturais que são observadas ainda hoje em diversas comunidades “alemãs”. O movimento de reconhecimento da língua pomerana e a iniciativa de padronização do *Hunsrückisch*

são alguns dos exemplos que, de certa forma, se distanciam da condição de uma sociedade plural de meados do século XIX. É preciso considerar que a denominação “alemães” aparece somente com os imigrantes do segundo fluxo migratório⁸, justamente porque essa corrente abrange o período em que a Alemanha tornou-se unificada. Segundo Roche (1969, p. 19),

[...] os colonos que se alojaram no Brasil não estavam instalados na mesma região, não levavam o mesmo gênero de vida e não falavam a mesma língua. Constituía, portanto, outro grupo cuja integração se tornara difícil pelo processo de povoamento e pela estrutura social do primeiro Rio Grande do Sul.

Diante desse panorama de diferenças culturais, cujas tradições são mantidas ainda hoje nas comunidades, as leis de cooficialização das línguas, sob o pretexto de preservar o patrimônio cultural dos ancestrais, constroem uma representação de homogeneidade linguística. Defendemos que as línguas – e o seu percurso sócio-histórico – não são artefatos estáticos, mas ressignificadas em um contexto plural e de contatos entre culturas. Buscamos, dessa forma, compreender o significado da língua no seu presente, no seu uso ordinário, ao contrário dos discursos oficiais que insistem em regular as práticas e usos da língua em referência a um passado imemorável, intocado e originário, a hora zero das tradições germânicas.

Consideramos que as políticas linguísticas de cooficialização devem, portanto, considerar a língua do dia-a-dia dos sujeitos que encontraram no Brasil um novo lar, com novos hábitos, cultura e línguas diferentes, inclusive aquela trazida por outros imigrantes ditos “alemães”. Conforme vimos, o movimento de conservação e proteção da língua alemã se enquadra nos discursos de resgates, ou seja, de *revivel* (MALTZAHN, 2011), vinculado àquilo que Hobsbawm (1984) chama de tradições inventadas. Esse movimento de retomada de um dado passado histórico ganhou impulso no Brasil a partir dos anos 1980. Essa data, segundo Maltzahn (2011), coincide com a popularidade obtida

⁸ O recorte cronológico, sob o qual a historiografia demarca essas fases, procurou delimitar os aspectos demográficos que quantificaram o fluxo de pessoas que aportaram em diferentes regiões do Brasil. Não há um consenso da área quanto a delimitação dessas fases, porém diante dos enquadramentos propostos por diversos autores, a segunda fase migratória abrange o período em que a Alemanha se tornou unificada (1871).

pela *Oktoberfest* de Blumenau no estado de Santa Catarina. As festas, consideradas tipicamente alemãs, como no caso da *Oktoberfest* de Blumenau, são exemplos de uma construção de um imaginário que não surgiu como fruto da vontade de manifestação cultural de um grupo, uma vez que a organização desses eventos fica a cabo do âmbito empresarial, ou ainda sob o âmbito do poder público municipal.

Tomando a concepção de língua na qual se assenta o olhar deste trabalho, percebe-se que os primeiros imigrantes trouxeram as várias línguas que usavam no cotidiano. O que, a princípio, pode parecer evidente, acaba, no contexto atual de resgates, se diluindo em um discurso de retomada da língua de um único povo, de origem comum, traduzido como a língua alemã, a língua dos imigrantes alemães. Esse movimento de ressignificação das tradições propõe seu caminho na contramão de uma proposta plural, ganhando fôlego nos discursos oficiais de salvaguarda das línguas, conforme veremos na próxima seção em relação às leis de cooficialização do *Hunsrik* em Santa Maria do Herval – RS.

3 Santa Maria do Herval e a opção por não cooficializar

A discussão que se empreende nesta seção exige um registro inicial mais específico sobre as diferenças entre *Hunsrik* e *Hunsrückisch*. A diferença entre a língua *Hunsrik* e a língua *Hunsrückisch* será vista em relação às propostas diferentes para uma ortografia dessas línguas, conhecidas respectivamente como PHA (Contribuição ao desenvolvimento de uma ortografia da língua *Hunsrik* falada na América do Sul⁹) e PHB (Fundamentos para uma escrita do *Hunsrückisch* falado no Brasil¹⁰). Ambas as denominações se referem à língua trazida pelos imigrantes oriundos da região do *Hunsrück*, na Alemanha. Contudo, observa-se que na fala cotidiana dos sujeitos, essas línguas trazidas pelos imigrantes alemães, ainda hoje faladas em diversas regiões do Brasil, ganham diferentes denominações, que por sua vez podem se diferenciar das denominações das propostas ortográficas. Para esse artigo, porém, consideraremos somente as nomeações das propostas ortográficas, com enfoque especial à proposta inovadora do PHA.

Considerando o percurso histórico das línguas, torna-se necessário, no contexto atual de proliferação de políticas linguísticas de cooficialização das línguas germânicas no Brasil – como os casos do *Hunsrückisch* em Antônio Carlos/SC e do *Hunsrik* em Santa

⁹ A proposta PHA foi desenvolvida pela pesquisadora Dr.^a Úrsula Wisemann no ano de 2008.

¹⁰ Desenvolvida por Altenhofen, Frey, Käfer, Klassmann, Neumann, Pupp Spinassé no ano de 2007.

Maria do Herval/RS –, rever o conceito de língua veiculado por tais políticas. Defendemos que os discursos e práticas de preservação das línguas minoritárias, bem como as políticas de intervenção pró multi/pluri/bilinguismo, devem estar ancorados nos interesses e histórias dos sujeitos e das comunidades que são alvo dessas intervenções. Logo, considerar o processo de oficialização de uma língua como pretexto para a proteção de uma dada cultura “germânica” implica não apenas tematizar aspectos históricos, culturais e identitários, mas considerar as relações de poder que perpassam aquela construção. Isso significa que as políticas linguísticas que desconsideram o percurso histórico das identidades e das línguas produzem e reforçam estereótipos que, em nome da preservação da diversidade, podem produzir efeitos contrários.

O município de Santa Maria do Herval, ao contrário da informação corrente, não cooficializou o *Hunsrückisch*, sendo que a língua foi regulamentada por meio de um decreto do prefeito do município. No decreto municipal, tem-se:

Art. 1º - Autoriza a comunicação em língua Hunsrik, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, até a 4ª Série do Ensino Fundamental, em até 50% (cinquenta por cento) de tempo, de acordo com o Projeto Pedagógico a ser implantado. (SANTA MARIA DO HERVAL, 2009, p. 01)

Em nossa pesquisa de campo, a diretora do centro cultural do município, nos relatou que a opção por não cooficializar a língua levou em consideração os custos implicados na disponibilização em todas as instâncias administrativas de pessoas que falassem o *Hunsrik*, levando em consideração o artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que versa sobre o direito ao uso da língua em contextos privado e público. O cumprimento dessa obrigação, na visão da equipe, inviabilizaria a execução do projeto “Hunsrik/Plat Taytx” que tinha como meta promover o ensino do *Hunsrik* nas escolas do município. Assim, apesar de regulamentada no ano de 2009, desde o ano de 2004 o *Hunsrik* tem sido ensinado em escolas através da atividade “A hora do Conto”, vinculada ao projeto “Hunsrik/Plat Taytx”, como nos informou Sueli, diretora do centro cultural, professora do município e também responsável pelo projeto da equipe Hunsrik.

Assim, a implantação do projeto “Hunsrik/Plat Taytx” em parceria entre a Prefeitura, a Secretaria de Educação e o projeto da equipe “Hunsrik”¹¹, ampliou e aprimorou o ensino da língua na rede municipal de ensino. O release do projeto “Hunsrik/Plat Taytx” ilustra bem o seu propósito: “[...] o fortalecimento e manutenção de nossa língua”. Assim, para que o ensino se tornasse de fato uma realidade no município, houve a necessidade da criação de material didático, processo que se baseou na proposta de escrita da Professora Dra. Úrsula Wiesemann, seguindo a ortografia PHA.

Cabe ainda destacar, conforme nos relatou a coordenadora do projeto, a preocupação dos idealizadores do projeto “Hunsrik/Plat Taytx” (HUNSRİK, 2013) de não concorrer com o alemão padrão, cujo ensino já era oferecido pela rede pública municipal e estadual a partir do sexto ano do Ensino Fundamental. Com a aprovação do decreto no ano de 2009, segundo Sueli, o *Hunsrik* passou a ser ofertado na rede municipal de ensino. Nas palavras da professora e coordenadora do projeto: “damos aula de *Hunsrik* nos dias em que os professores têm seu dia de planejamento, conforme a Lei, junto com música e informática. Podem também ser dadas nos turnos contrários, como projeto”. A professora e coordenadora do projeto ressalta, ainda, o orgulho do sucesso do projeto, que tem cumprido seus objetivos de fortalecimento e manutenção do idioma.

O exemplo de Santa Maria do Herval nos mostra que é possível fazer política linguística sem o mantra dos discursos que advogam “resgates” e, inclusive, sem co-oficializações. Aliás, a própria noção de “resgate” subentende que algo está suscetível a desaparecer, o que não se mostra como realidade no caso da língua *Hunsrik* na localidade em que os idiomas ainda se mantêm vivos. Nas palavras da coordenadora do projeto: “coficializar não adianta nada”, o projeto visa contribuir “[...] para o estabelecimento de uma forma de escrita que dará identidade própria à língua falada em muitos dos países da América Latina.” Nessa condição destacada pela professora, parece haver uma preocupação do projeto de Santa Maria do Herval com uma instância atual da língua falada, que perpassa sua história de contatos com outras línguas. A partir disso, a docente objetiva o fortalecimento da língua Hunsrik junto aos falantes, considerando a língua falada por

¹¹ Segundo a coordenadora do projeto, Sueli, o projeto Hunsrik é para o povo Hunsrik da América do Sul e não só para Santa Maria do Herval. Segundo as informações contidas na página da rede social do projeto: O Projeto Hunsrik foi iniciado em 2004, com objetivo de conservar a língua germânica falada no sul do Brasil, obtendo registro no Ethnologue (UNESCO) em 2008 e transformado em Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande do Sul conforme lei 14.069 de julho 2012. (HUNSRİK, 2013).

eles, a partir do que se produz nos contextos das práticas diárias dos sujeitos. Entendemos, assim, que a cooficialização não é pré-requisito para políticas públicas de promoção da diversidade linguística.

Tal perspectiva não sustenta, portanto, a noção de uma língua fragilizada, ameaçada e submissa. A forte existência das práticas linguísticas locais em *Hunsrik* desestabiliza a ideia de necessidade de salvação pelo resgate, presente muitas vezes em discursos de cooficialização. Se estamos lidando com histórias e pessoas reais, entendidas por nós como os especialistas de suas próprias línguas, os discursos pessimistas ou salvacionistas (de morte das línguas), muitas vezes presente nos textos de cooficialização, não representa a prática de uma língua local viva.

Em dissenso com essa prática de coisificação da língua (SEVERO, 2016), transformando a língua em algo a que se possa atribuir posse ou controlar, defendemos que a língua é constitutiva de seus falantes, e é a partir deles – e com eles – que devemos pensar as relações de poder que se estabelecem nas políticas atuais. Entendemos que considerar a língua como processo, evento e indeterminação suprime a ideia de discursivização da língua como produto a ser “consumido” como signo identitário. A língua, quando tomada como produto, pelos processos de objetificação, figura como poderoso instrumento de manipulação por políticas linguísticas que contribuem para a imposição de uma língua ou do seu silenciamento. Ou seja, buscamos, a partir da política, olhar a dinâmica das línguas. Afinal não é uma teoria linguística que autoriza os atos de política linguística e sim os seus falantes e suas práticas (RAJAGOPALAN, 2013).

Dado o exposto, julgamos necessário acrescentar a essa discussão o caráter híbrido da língua que comumente se compreende como língua de origem, aquela trazida pelos primeiros imigrantes, supostamente intocada, pura e original. Contudo, essa visão um tanto romantizada e homogênea não se sustenta nem lá, onde supostamente seria o berço da linhagem do *Hunsrückisch*, nem aqui. O professor e pesquisador em emigração da região do *Hunsrück*, Ivo, nos revela que, ainda que nos fosse possível resgatar a língua tal e qual trazida pelos imigrantes, atestaríamos que “[...] até mesmo nas menores províncias da região do *Hunsrück* existe uma enorme variação na forma falada dos dialetos.”¹² Conhecedor do projeto para a escrita praticado na localidade de Santa Maria do Herval,

¹² Tradução nossa, no original: “Selbst auf dem kleinen Gebiet unseres Hunsrücks gibt es enorm viele Abwandlungen der Dialektaussprache.”

o pesquisador ressalta que, com alguma prática e conhecimento na Língua Portuguesa, é possível ler em *Hunsrik*. Na opinião do pesquisador: “[...] deveríamos formar um grupo alemão-brasileiro que encontrasse uma padronização compreensível para ambos os lados.” Esse relato nos revela que as políticas de co-oficialização, por vezes, engessam certas representações de língua, não possibilitando um olhar mais atento às hibridizações linguísticas que surgiram a partir do contato entre as línguas e seus falantes.

Ainda no âmbito das problematizações das práticas de cooficialização do alemão, nosso foco na próxima seção será o Município de Antônio Carlos, a primeira cidade brasileira a co-oficializar o *Hunsrückisch*.

4 O que se oficializou em Antônio Carlos – SC?

Segundo o projeto legislativo 132/2010, encaminhado e aprovado na Câmara Municipal de Antônio Carlos, o *Hunsrückisch* se tornou língua cooficial na localidade a partir de 9 de fevereiro de 2010. Conforme o parecer da proposição legislativa, “[...] a co-oficialização dessa língua em nosso município é oportuna, legal e necessária, até porque seu aprendizado vai depender do poder executivo municipal que deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias regulamentar sua aplicação no município.” Desde então, o maior desafio para a efetivação do projeto tem sido a viabilização do ensino nas escolas públicas do município, a princípio garantido pelo artigo II, onde consta que a lei “[...] visa incentivar e apoiar o aprendizado e o uso da língua nas escolas da rede pública municipal” (ANTÔNIO CARLOS, 2010, p. 1).

As cooficializações, quando não acompanhadas de uma pesquisa junto à comunidade, representam por vezes medidas vazias, de ações que tendem a não sair do papel. A contradição se revela no fato de que as medidas políticas de salvaguarda das línguas nem sempre representam as pessoas da comunidade, a quem caberá, na prática, o uso dessa língua oficializada. Ainda que os habitantes de três comunidades do Município de Antônio Carlos (Louro, Sede e Rachadel) tenham sido consultados (SCHETZ, 2014), a decisão abrange todo o município. Compreendemos que, como defende Rajagopalan (2013, p. 4), a política deve ser entendida como uma atividade “[...] na qual todo o cidadão – todos eles, sem exceção – tem o direito e o dever de participação em condições de absoluta igualdade”.

Cientes de que regulamentar uma língua se revela mais simples do que viabilizar sua circulação, há inúmeras questões a serem respondidas ANTES de se co-oficializar uma língua. A primeira, dentre muitas, é a escolha da língua que se pretende co-oficializar, por exemplo. Essa é uma decisão que não está vinculada à simples presença dessa língua na localidade. Além disso, verificamos que tal deliberação suscita outras etapas, como a construção de material didático para fins pedagógicos de ensino da língua co-oficializada, quando um enfoque escolar é conferido pela lei; esse aspecto, por sua vez, estará associado a um sistema de escrita. A questão ortográfica, aliás, parece ser o impasse no Município de Antônio Carlos, conforme nos indica o trecho da entrevista concedida ao Diário Catarinense do atual Secretário de Educação e Cultura, ainda vereador quando promoveu a iniciativa. Segundo ele

[...] um censo linguístico está sendo pensado e o próximo passo deve ser a troca das placas de trânsito por sinalizações bilíngues. O ensino nas escolas, entretanto, tem se transformado num complicado quebra-cabeça. Como esta é uma língua não escrita, precisamos antes definir uma gramática, juntar os pedaços que estão espalhados pela região sem nenhum registro. (ROSA, 2013).

Nos perguntamos em que medida a sinalização bilíngue contribuirá para a manutenção do idioma na localidade. Percebemos, portanto, que a co-oficialização antecedeu a instância de um levantamento linguístico mais ostensivo, de reconhecimento da heterogeneidade das línguas faladas, ou seja, de identificação “dos pedaços” aos quais se refere o atual Secretário da Educação. É preciso considerar que *Hunsrücksich* não é só *Hunsrückisch*, mas também Hunsrik, Hunruck, Hunsrück, Platt, Deitsch, Taitx, só para citar algumas nomeações com as quais nos deparamos ao longo da nossa pesquisa de mestrado. Não se trata de pedaços espalhados de um todo, de uma língua única, uma vez que aquelas nomeações só reforçam a heterogeneidade das línguas trazidas pelos imigrantes, até mesmo quando advindos de uma mesma região, como no caso do *Hunsrück*. Nos resta, portanto, diante desses exemplos, constatar a falta de planejamento linguístico, pedagógico e social das ações de regulamentação sobre as línguas, bem como das consultorias que orientam esse trabalho em Antônio Carlos.

Diante do objetivo a que se propõe a co-oficialização na localidade de Antônio Carlos, vale ainda ressaltar que, além da produção de material didático, a medida prevê a

contratação de professores qualificados que dominem o idioma *Hunsrückisch*, falado apenas em algumas regiões do Brasil. Indagamos se em Antônio Carlos seria um caso de ambiente bilíngue português-*Hunsrückisch* ou de *Hunsrückisch*-alemão-padrão. Ou, ainda, de uma situação de plurilinguismo português-*Hunsrückisch*-alemão-padrão. Acreditamos que se faz necessário um olhar atento ao ambiente linguístico, visto que “[...] a natureza das regras que definem o status e o prestígio das línguas não é neutra/científica, mas política [...] uma vez que favorecem certas comunidades linguísticas em detrimento de outras [...]” (SEVERO, 2013, p. 457). Reiteramos, aqui, que essas são questões que antecedem uma legalização e que, na nossa perspectiva, deveriam fazer parte de um projeto desenvolvido junto à comunidade, servindo de base para uma visão mais real sobre o que de fato é viável na localidade, antes de uma co-oficialização apressada.

O “problema” linguístico, indicado pelo secretário de Antônio Carlos no excerto da entrevista mencionada acima, não pode ser visto em relação aos “pedaços sem registro” da língua, afinal a heterogeneidade de uma língua não pode carregar a culpa de ações políticas que desconsiderem um olhar coerente com a realidade local. Logo, consideramos que o “problema” está na elaboração de uma lei que não partiu da consideração cuidadosa da realidade linguística do município. As co-oficializações parecem supor que, se uma vez legal, essa(s) língua(s) na localidade passa(m) a se restabelecer, sendo passíveis de registro e devidamente resgatadas.

Indagamos, ainda, em que medida um levantamento linguístico, como o censo que vem sendo realizado em Antônio Carlos, contribui para a implementação do ensino de *Hunsrückisch* na rede municipal. A geração de dados, que enche publicações de eventos, não lota salas de aulas, tampouco qualifica professores. Afinal o que ameaça as línguas? De quem/do que devemos proteger as línguas?

Compreendemos, contudo, a boa intenção por “preservar” uma língua local que fez parte da história de fundação de determinadas cidades e que, de certa forma, ajuda a representar a memória de uma parcela dos moradores desse município. Porém, nem a língua nem a cultura podem ser analisadas a partir de um dado momento, congeladas como um marco histórico que simboliza a vinda de imigrantes que trouxeram uma língua (heterogênea) que existiu há cerca de 200 anos. Entendemos e defendemos que as memórias se vinculam às histórias das pessoas que constroem a história local. Além disso, os acontecimentos que envolvem os sujeitos socialmente organizados não devem ser vistos

como uma contagem seletiva de acontecimentos do passado, mas como um *continuum* de representações sobre circunstâncias e fatos que entrelaçam passado, presente e futuro e, dessa forma, estão sempre se (re)organizando, se (re)escrevendo, se re(inventando). Entendemos, portanto, que ações de legalização que não estejam pautadas numa pesquisa que se desenvolva junto à comunidade e aos sujeitos que a compõem mostra-se tão desastrosa quanto a ausência dessas práticas.

Embora concordemos com a ideia de que “sociedades diferentes em contato se transformam e nesta transformação, perdem alguns elementos culturais mas incorporam outros” (KLUG, 2003, p. 1), a co-oficialização do *Hunsrückisch* parece atender a outros interesses sociais que não o de manutenção do idioma: “afinal de nada adianta, na realidade, prover uma língua de um alfabeto se ele não aparece na vida cotidiana dos falantes dessa língua” (CALVET, 2007, p. 72). Por outro lado, tornar-se um município considerado “alemão” a co-oficializar uma língua pode trazer diversas vantagens turísticas, como a inclusão da cidade na rota das festas de outubro, por exemplo.

Assim, o objeto de intervenção no caso de Antônio Carlos não parece ser de cunho linguístico, com interesse na manutenção ou no ensino do idioma, e sim político, em termos daquilo que a presença desse idioma pode simbolizar nas esferas econômicas e turísticas do município. Em outras palavras, essa prática se vincula ao estigma criado em torno da germanidade e da imagem do imigrante predestinado ao sucesso: “É por meio desse discurso inflado e sem embasamento, que se dá a construção de uma identidade teuto-brasileira” (KLUG, 2003, p. 1), visível em diversos municípios do Estado de Santa Catarina. Percebemos que esse discurso inflado também usa a língua como justificativa para reforçar o imaginário teuto-brasileiro.

Diante dos exemplos expostos nesta seção, pudemos traçar e problematizar um pequeno panorama das cooficializações, que têm operado como dispositivo legal – mesmo sem qualquer projeto, sem professores aptos ao ensino, sem material didático – e vêm sendo alvo dos discursos de preservação das línguas dos imigrantes. Não resta dúvidas que uma língua possa ser ensinada mesmo não sendo cooficializada, afinal não é justamente isso que vem acontecendo nas comunidades a partir de demandas e iniciativas locais, como caso de Santa Maria do Herval? Nos perguntamos em que medida as cooficializações têm, então, contribuído para “manutenção”, “resgate” e “ensino”, tendo em

vista que cooficializar nem sempre implica alguma mudança nos usos já efetivos da língua. Isso nos mostra que a cooficialização não é requisito para as políticas de ensino, podendo, inclusive, afetar ou impossibilitar que projetos educacionais de ensino de um idioma se tornem, de fato, realidade. A partir desse olhar, procuramos problematizar, na seção que segue, a dinâmica contraditória envolvida nas práticas linguísticas de cooficialização.

5 Cooficializar para quem?

No contexto atual das cooficializações e dos exemplos destacados neste artigo, percebemos que mesmo projetos bem elaborados, mas que não contemplem a realidade escolar local, não têm mostrado êxito quanto a sua aplicabilidade. É nesse sentido que o projeto de cooficialização, exclusivamente, não garante que a língua passe a compor a grade curricular das escolas do município, uma vez que apesar de legalizar, não prevê meios para a viabilização e de ensino nas escolas, exigindo um diálogo com uma política educacional mais ampla. Assim, indagamos, mesmo que retoricamente: Qual a contribuição de uma lei que visa a cooficialização de uma língua num município sem um projeto claro de implantação, e pautado apenas no discurso de resgate e manutenção do idioma local? Qual a ideia por trás da defesa de um multilinguismo que sustenta suas práticas na contagem de um dado número de línguas de uma localidade, sem maiores cuidados com a representatividade da heterogeneidade das práticas linguísticas?

Os fatos nos mostram que o único município onde crescentemente as ações políticas têm se traduzido em resultados referentes ao uso do alemão é o município de Santa Maria do Herval/RS, que optou por não oficializar para poder ensinar. Voltamos a reafirmar que essas decisões cabem aos sujeitos, afinal são eles que manterão ou não uma dada língua e cabe, também, a eles a decisão de não se expressar em determinado idioma. Defendemos, contudo, que essa decisão não pertence a órgãos públicos ou consultorias do tipo *think tank*, que lidam com a língua de forma panfletária, gerando dados e estatísticas. Práticas que, enquanto ganham visibilidade, tornam a língua e os sujeitos em objetos de retórica que interessam na ocasião de subir ao pódio da visibilidade pública.

Registramos que não somos contra as políticas públicas de cooficialização no Brasil, porém essas ações comumente pautadas no discurso de reconhecimento da diversi-

dade linguística brasileira, firmado por meio de algum estatuto ou lei, por vezes não legitimam nem garantem os usos efetivos dessas línguas. Essas intervenções, como o próprio nome sugere, atuam sobre a organização da grade curricular escolar, sobre a contratação de professores, sobre a discussão orçamentária, em suma, sobre a vida do cidadão que pode se sentir representado pela ressignificação de um passado histórico do seu município. É, contudo, prudente considerarmos que essa mesma força que age em nome da revitalização de uma língua e que opera, portanto, em nome de TODOS, pode também surtir efeitos contrários, impondo uma certa representação linguística em detrimento de outra. Afinal, a realidade linguística do alemão é plural e a escolha de uma variedade para representar essa heterogeneidade pode também produzir efeitos reducionistas.

Acreditamos, portanto, necessário que essas questões devam ser tratadas com mais respeitabilidade, envolvendo os sujeitos, suas histórias, memórias e opiniões, afinal não há moldes para o fazer em política linguística. Além disso, um olhar homogeneizador aplicado a diferentes municípios de imigração alemã pode acabar apagando suas singularidades linguísticas. Historicamente, o discurso de autenticidade de uma língua tem sido interpretado também como superior, sendo que as línguas “autênticas” passam a ser vistas como símbolos de uma dada pureza da comunidade e, portanto, de uma língua. Esses discursos salvacionistas se apropriam da história das línguas e dos sujeitos recriando e inventando um certo passado histórico (HOBSBAWM, 1984). Os contextos plurilíngues não advêm da legitimidade legal, garantidos pelo estatuto de uma lei, criando a ilusão de resgate de UMA língua genuína, com seus hábitos e costumes.

Considerações finais

Embora a Secretária de Educação do município de Salvador do Sul tenha demonstrado interesse na política de co-oficialização, ainda não se levantam questões relativas à legalização de uma segunda língua em Salvador do Sul. Os exemplos expostos ao longo deste artigo nos fazem perceber a fragilidade, decorrente da inviabilidade, de moldes políticos quando o assunto é a regulamentação de uma segunda língua num dado município. Diante das propostas para uma escrita do *Hunsrik/Hunrückisch* e dos exemplos dos municípios que cooficializaram uma língua, percebemos vários desafios que vêm sendo enfrentados para que esses projetos legislativos passem também a co(existir) na vida cotidiana dos sujeitos de uma localidade.

A questão chave nos exemplos aqui elencados nos parece de ordem metodológica e política, e não apenas legislativa, ou seja, a questão central aqui não gira em torno de uma legalidade com poderes milagrosos de resgatar uma língua abandonada, esquecida ou até mesmo corrompida. As questões metodológicas às quais nos referimos são aquelas que acompanham qualquer bom projeto: o que, para quem, por que e principalmente como se cooficializa. O “como se oficializa”, ou seja, de que modo re(vitalizar) uma língua vem sendo interpretado como sinônimo de legitimar? Como “resgatar” uma língua? Cooficializando. De que maneira preservar a língua dos antepassados? Cooficializando. E se o objetivo for ensinar nas escolas uma língua? Co-oficialize-se. Desse modo, esse tem sido o mantra de um certo fazer em política linguística, reduzindo as políticas de diversidade envolvendo as línguas dos imigrantes a atos legislativos e jurídicos.

Não estaríamos, de fato, EM AÇÃO, se nos preocupássemos em viabilizar, de fato, o ensino dos idiomas cooficializados nos municípios “resgatados do esquecimento” e preservados na cultura do “para inglês ver”? A legalização de um idioma para fins de ensino não deveria figurar apenas como um discurso sobre uma intervenção política vazia e sem efeito na vida dos membros de uma comunidade. Não é preciso criar uma lei para justificar os usos cotidianos do idioma e, mesmo quando são criadas, elas geralmente não garantem as práticas diárias que envolvem as línguas. Logo, a quem interessa esse tipo de formalização?

Na contramão de ações que colocam a língua a serviço do Estado e de organizações que defendem a gestão das línguas como um produto passível de negociação, defendemos a participação dos sujeitos no tratamento dado a possíveis redirecionamentos que operem mudanças de cunho linguístico – político – educacional. Ações intermediadas por uma política-linguística mais crítica e menos comercial não necessita criar demandas regionais que justifiquem uma intervenção. Nossa percepção parece convergir com o olhar de Rajagopalan (2013, p. 23) a respeito do papel da política linguística como “[...] campo de atividade, onde quem tem a última palavra é o cidadão comum”.

Dado o exposto e defendendo a essencialidade pública da política, entendemos que “[...] todo gesto de cunho linguístico envolve uma escolha.” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 34). Essa seleção tem se apresentado decisiva no sucesso ou não da cooficialização do *Hunsrik*, do *Hunsrückisch* ou ainda da língua alemã. Logo, compreendemos que o êxito

no desdobramento das propostas legalizadas está fortemente ligado às escolhas linguísticas veiculadas em tais projetos. Não consideramos que há, todavia, propostas incorretas, dentre as analisadas e mostradas ao longo deste artigo, mas, muito provavelmente, há propostas inviáveis e distanciadas da realidade local.

A interação entre as línguas em contextos multilíngues é fluida e heterogênea, própria de uma mistura. Essa mistura, que observamos nos usos do alemão do *Hunsrückisch* e no português em Salvador do Sul, é fruto das práticas linguísticas locais. Ao nos aproximarmos dos exemplos de políticas públicas de cooficialização no Brasil, percebemos que parecem ancoradas na lógica da construção de forças verticais, que atuam como sua correspondente da construção civil, de cima para baixo, ou seja, uma atuação *top-down* de implantação das políticas linguísticas.

O contexto fluido de coexistência de línguas não se mostra compatível com as pilstras impostas pelas políticas de cooficialização em nome de uma dada preservação. Se considerarmos, de fato, um ambiente onde as mudanças na língua e na sociedade operam de forma menos estanques e rígidas, poderemos considerar as consequências de estruturas enrijecidas e sólidas nas suas convicções e ações. Nesse sentido, o nosso movimento é o de não cimentarmos nossa percepção acerca das ações, que de fato preservam a língua. Nessa situação que já se comprovou nos usos das línguas germânicas em Salvador do Sul, os moradores já se organizam de tal modo criando suas próprias formas de sustentar e manter essa língua.

Diante de meios líquidos (BAUMANN, 2000) e mutáveis e, portanto, passíveis de adquirir novas formas, as vigas – ou seja, os discursos de preservação da língua e as ações enrijecidas por políticas públicas, que “pressupõe o lugar plenamente definido [e fixo] do contemplador” (BAKHTIN, 2011, p. 22) – não fornecem segurança diante da movimentação dos usos cotidianos da língua. Afinal, não é a movimentação e a mudança que mata a língua. Aliás, não se mata uma língua, morrem os contextos em que elas existem através de proibições, silenciamentos e imposições. Por conta disso, uma língua não pode ser mantida fora dos contextos das relações pessoais, das práticas comunicativas e do convívio entre as pessoas, afinal é por meio desses contextos que fluem as línguas.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 258 p.
- CALVET, L-J. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Ed., IPOL, 2007.
- CAETANO, M. *Mitos e realidades das línguas*. 2009. Disponível em: <https://purplem.wordpress.com/>. Acesso em: 21 fev. 2015.
- HERCULANO ALVES (Ed.). *Bíblia Sagrada: Para o terceiro milênio da encarnação*. 4. ed. Lisboa: Difusora Bíblica, 2002. 2141 p.
- HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. O. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Pensamento crítico, v. 55).
- HUNSCHE, C. H. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, província de São Pedro*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.
- Projeto Hunsrik*. 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ProjetoHunsrik/about/?ref=page_internal. Acesso em: 11 dez. 2016.
- KLUG, J. A imigração alemã e a construção de uma identidade teuto-brasileira no sul do Brasil. In: WEHR, I. (Ed.). *Un Continente en movimiento: migraciones en América Latina*. Barcelona/Frankfurt: Iberoamericana/Verwuert, 2006.
- LERMEN, A. M. G.; SPECHT, S. *Kappesberg unser Heimatland*. Novo Hamburgo: D&A Editora e Gráfica Ltda, 1999.
- MAGALHÃES, M. D. B. Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998.
- MALTZAHN, P. C. *A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)*. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Cap. 4. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74785/browse?value=Maltzahn,+Paulo+César&type=author>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- PUPP SPINASSÉ, K. O Hunsrückisch no Brasil: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Alemanha. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, v. 9, p. 117-126, 2008.
- RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata afinal? In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (Org.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes/ALAB, 2013.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSA, G. Moradores de Biguaçu e Antônio Carlos conservam idioma trazido por alemães. *Diário Catarinense*. Florianópolis, ago. 2013. Disponível em:

<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/cidades/noticia/2013/08/moradores-de-biguaçu-e-antônio-carlos-conservam-idioma-trazido-por-alemaes-4236626.html>. Acesso em: 1 maio 2016.

SANTA MARIA DO HERVAL (Município). Decreto nº 005/2009, de 2009. Decreto.

SCHETZ, D. O passado se faz presente: (re)significações de identidades e memórias em Antônio Carlos/SC (1980 - 2013). In: *Seminário internacional história do tempo presente*, 2014, Florianópolis. Anais eletrônicos... Disponível em:

<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/schedConf/presentations>. Acesso em: 1 maio 2015.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. (Documentos brasileiros v. 5).

_____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994a. p. 11-27.

_____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, 1994b. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.htm.

Acesso em: 12 mar. 2016.

SEVERO, C. G. *Por uma perspectiva social dialógica da linguagem: repensando a noção de indivíduo*. 255 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona, jun. 1996. Disponível em: http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=14. Acesso em: 20 abr. 2011.

ZORZI, J. E. et al. Caracterização de matérias-primas cerâmicas do Vale do Rio Caí. *Cerâmica*, [s.l.], v. 58, n. 348, p. 509-515, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0366-69132012000400016. Acesso em: 28 set. 2016.

Data de submissão: 28/07/2016

Data de aceite: 21/09/2016